BRUNO MARTINS SOARES

**Sujeitos de reconhecimento: uma análise dos limites do reconhecimento a
partir do julgamento sobre a “união homoafetiva” no Brasil**

ORIENTADORA: PROFA. DRA. GISLENE APARECIDA DOS SANTOS

**Dissertação de mestrado
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
São Paulo
2014**

RESUMO

SOARES, Bruno M. **Sujeitos de reconhecimento: uma análise dos limites do reconhecimento a partir do julgamento sobre a “união homoafetiva” no Brasil**. 2014. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro reconheceu o direito à união civil estável entre homossexuais – a chamada “união homoafetiva” –, evento celebrado como uma das maiores conquistas do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no país, desde seu surgimento em fins da década de 1970. Nesta dissertação, apresentamos uma análise crítica sobre esta conquista, segundo conceitos desenvolvidos por Axel Honneth em sua Teoria do Reconhecimento. A partir do vocabulário moral do reconhecimento, o filósofo identifica a existência de esferas de reconhecimento intersubjetivo institucionalizadas nas formas do amor, do direito e da estima social. Às referidas esferas correspondem formas de desrespeito, experienciadas como frustração às expectativas de reconhecimento, explicitadas em sentimentos de injustiça que carregam em si potenciais normativos que indicam o direcionamento para uma mudança ética e moral na sociedade. A esse processo de formação do desejo e da ação em prol de mudanças ético-morais Honneth atribui o nome de “luta por reconhecimento”. Com o intuito de atribuir conteúdo às experiências de reconhecimento e desrespeito vivenciadas pelas pessoas cujo comportamento fogem ao padrão heteronormativo, realizamos uma leitura da história recente das homossexualidades no Brasil, de fins do século XIX ao início do século XXI. A partir das expectativas normativas de reconhecimento identificadas nas diversas lutas promovidas pelas homossexualidades no Brasil e com o emprego da metodologia da “análise de conteúdo”, realizamos uma análise dos votos dos Ministros do STF contidos no acórdão do julgamento sobre a união homoafetiva, referente à Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132 e à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277, com o intuito de identificarmos se e como as lutas por reconhecimento promovidas por LGBT fizeram-se ouvir pelo STF, bem como o que se compreendeu por união homoafetiva e os limites desse reconhecimento.

Palavras-chave: União Homoafetiva. União Estável. Axel Honneth. Homossexualidade (Brasil). Supremo Tribunal Federal.

ABSTRACT

SOARES, Bruno M. **Subjects of recognition: an analysis of the limits of recognition on the judgment of the "homo-affective union" in Brazil.** 2014. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

In May 2011, the Brazilian Supreme Court recognized the right for homosexuals to establish civil union – the so called “homo-affective union” – an event celebrated as one of the greatest achievements of the lesbians, gays, bisexuals and transgender (LGBT) movement in the country since its emergence in the late 1970s. In this dissertation, we present a critical analysis of this achievement, according to concepts developed by Axel Honneth in his Theory of Recognition. In the moral vocabulary of recognition, the philosopher identifies the existence of spheres of intersubjective recognition which have been institutionalized in the forms of love, law and social esteem. Corresponding to these spheres there are forms of disrespect, experienced as the frustration of expectations of recognition, explicated in the demonstration of feelings of injustice that carry within themselves normative potentials that indicate the direction for an ethical and moral change in society. To this process of formation of desire and action towards ethical and moral changes Honneth assigns the name of “struggle for recognition”. In order to assign content to the experiences of recognition and disrespect experienced by people whose behavior is beyond the heteronormative standard, we have executed a reading of the recent history of homosexualities in Brazil, from the late nineteenth century to the early twenty-first century. From the normative expectations of recognition identified in several struggles promoted by homosexualities in Brazil and with the use of the method of “content analysis”, we have fulfilled an analysis of the votes of the Supreme Court Judges contained in the judgment on the homo-affective union, related to the constitutional remedies called Action for Breach of Fundamental Precept n. 132 and Direct Action of Unconstitutionality n. 4277, in order to identify whether and how the struggles for recognition promoted by LGBT were heard by the Supreme Court, and what is understood by homo-affective union and the limits of this recognition.

Keywords: Homo-affective Union. Stable Civil Union. Axel Honneth. Homosexuality (Brazil). Federal Supreme Court.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
 CAPÍTULO 1	 17
1.1 A proposta metodológica de Honneth na Filosofia Social	19
1.2 Experiências de desrespeito como patologias sociais: o vocabulário moral do reconhecimento.....	23
1.3 As esferas do reconhecimento: amor, direito e estima social.....	27
1.3.1 Família e amor.....	28
1.3.2 Direito e respeito	34
1.3.3 Estima social e solidariedade.....	41
1.4 Experiências de desrespeito vivenciadas por homossexuais no Brasil de fins do século XIX a meados do século XX.....	48
1.4.1 Cientificação da discriminação.....	48
1.4.2 Representações do masculino e do feminino, marginalização e sua topografia.....	53
1.4.3 Criminalização do comportamento não-heteronormativo	57
1.5 O conteúdo material das experiências de desrespeito sofridas por homossexuais e transgêneros no Brasil	59
 CAPÍTULO 2	 64
2.1 A Teoria do Reconhecimento como Teoria da Justiça	65
2.2 Reação: visibilização da homossexualidade pela conquista de espaços e o surgimento do movimento homossexual organizado	70
2.2.1 A conquista do carnaval: Carmens, fantasias, ruas e bailes	72
2.2.2 Fora dos guetos: novos espaços, novos valores, novas identidades	78
2.2.3 O movimento sai do armário	88
2.2.4 Institucionalização e complexificação do movimento.....	92
2.3 Estratégias de luta por reconhecimento/justiça e progresso moral.....	96
 CAPÍTULO 3	 102
3.1 Breve histórico sobre a demanda por reconhecimento jurídico da união entre	

homossexuais.....	105
3.2 A análise de conteúdo.....	108
3.3 A análise do acórdão da ADPF 132.....	109
3.3.1 Metodologia de interpretação do texto constitucional e de regulação da realidade a ser adotada pelo STF e sua justificativa.....	115
3.3.2 Normatização de identidades e comportamentos	122
3.3.3 Heterossexualidade como norma compulsória em relação a comportamentos e desejos	129
3.3.4 Direito de participação em discussões públicas	133
3.3.5 Reconhecimento de afeto como constitutivo de relações homossexuais, sejam elas familiares ou não	135
3.3.6 Princípio de igualdade e não-discriminação.....	137
3.3.7 Reconhecimento do direito de auto-realização pessoal e autonomia para escolha e realização de projetos de vida, incluindo-se o exercício autônomo da sexualidade.....	140
3.4 Discussão dos resultados: os limites do reconhecimento	143
CONCLUSÃO.....	150
REFERÊNCIAS	155
GLOSSÁRIO	160
ANEXO – Análise detalhada do documento	162

INTRODUÇÃO

Em março de 1969, um pequeno jornal carioca de circulação local, criado por um grupo de amigos e denominado *O Snob* trouxe um artigo – inspirado pelas manifestações estudantis que ocorriam à época – em que se descrevia um protesto imaginário de *gays* e *bonecas*¹ em defesa de seus direitos. Green descreve o texto intitulado “Protesto”:

“Numa reação à situação vigente que se tornara insuportável, foi organizado um esquema em defesa dos direitos das liberdades do mundo gay”. O artigo passa então a imaginar um encontro de massa onde foi decidido que todos marchariam com faixas e cartazes até a casa de veraneio do presidente para demandar que o governo tomasse as medidas necessárias “em prol dos direitos civis da boneca brasileira”. Faixas de protesto glamourosas, com letras góticas, foram preparadas para a marcha. Um *slogan* contrapunha, comicadamente, a condenação do delegado de polícia homofóbico do Rio ao elogio à famosa estrela travesti: “Abaixo Padilha – Viva Rogéria”. Outro dizia: “Proibição para Promiscuidade de Sexo Entre Homens e Mulheres”, enquanto uma terceira faixa estampava: “Nas Festas do Itamarati, Queremos Ir de Travesti”. (GREEN, 2000, p. 313)

Apesar de esse protesto estar apenas na imaginação do autor do artigo, é uma acertada previsão do que viria a acontecer nas décadas vindoura e seguintes: a formação de um grupo de pessoas que se identificavam como travestis, transexuais, lésbicas, bissexuais e gays² que, organizadamente, questionariam a hostilidade a eles dirigida e uniriam esforços para transformá-la e ressignificá-la. Certamente, os questionamentos não se deram isentos de conflitos, sejam internos ou externos ao grupo. Na verdade, toda a história das não-heterossexualidades no Brasil é permeada de conflitos motivados por situações de profundo desrespeito cometido contra essas pessoas. O “Protesto” estampado n’*O Snob* é reação às muitas formas de desrespeito sofridas por gays e bonecas e apresenta uma demanda positiva de seu reconhecimento por parte da sociedade enquanto iguais a homens e mulheres. Recentemente, presenciamos um marco histórico no processo de reconhecimento por que vêm passando as não-heterossexualidades no Brasil: o reconhecimento do direito de *homoafetivos* a

¹ Termos utilizados pelo próprio jornal *O Snob*.

² Neste texto, temos compreensão de que a nomeação de identidades tende a limitar a compreensão da realidade e complexidade comportamental e subjetiva das pessoas de quem se fala. Por isso, incitamos o leitor a compreender as nomenclaturas aqui utilizadas como limitadas, incapazes de captar a referida complexidade e, por isso, transitórias. Assim, procuraremos utilizar expressões mais genéricas (como “homossexualidades”, “travestilidades”, “não-heterossexualidades”, “pessoas trans” e outras) e também utilizaremos expressões mais específicas (como “gays”, “lésbicas”, “bissexuais”, “travestis”, “transexuais”, “homossexuais”, “transgêneros” e outras), mas todas elas devem ser compreendidas como uma referência a pessoas cujo comportamento não se adequa ao padrão normativo heterossexual.

estabelecerem união estável entre si com a chancela do Estado, conforme julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro relativo à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132 (ADPF 132) e à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277 (ADI 4277).³ Proposta pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro, a ADPF 132 tinha o objetivo de arguir que decisões judiciais do Tribunal de Justiça daquele Estado seriam violatórias a direitos fundamentais resguardados consitutionalmente por não reconhecerem como possuidores dos mesmos direitos os pares formados por heterossexuais em união civil estável e aqueles formados por homossexuais. No mesmo sentido, a então Procuradora Geral da República propôs a ADI 4277 com o intuito de que o STF declarasse a inconstitucionalidade de dispositivo legislativo do Código Civil brasileiro que restringia a possibilidade de reconhecimento da união civil estável a casais formados por homem e mulher, isto é, casais heterossexuais. Embora sejam meios diferentes, ambas as ações tinham o objetivo de que o STF reconhecesse o direito à *união homoafetiva*.

Embora esse seja um momento de conquista a se comemorar, não se deve perder a reflexão crítica sobre o ocorrido e é exatamente essa a tarefa a ser desenvolvida nesta pesquisa. Afinal, de que maneira se deu o reconhecimento do direito à união homoafetiva? Quem, ou quais sujeitos foram reconhecidos por esse direito? Há formas de experienciar as sexualidades e os afetos que foram ignoradas pela normatização comportamental que a união homoafetiva representa? Pretendemos que, com essas questões, o reconhecimento do direito à união homoafetiva seja devidamente problematizado, que possamos compreender os contornos e limites desse momento de reconhecimento. Estruturaremos nossa análise nos conceitos e idéias apresentados na Teoria do Reconhecimento elaborada por Axel Honneth e contextualizaremos o trabalho dentro de um quadro da história recente (de fins do século XIX ao início do XXI) do Brasil no que concerne às diversas formações identitárias referentes à

³ A ADPF e a ADI são chamadas de ações constitucionais que visam acionar o controle de constitucionalidade do STF para questionar determinada norma que se alega estar em desacordo com preceitos constitucionais. Regulamentada pela Lei nº 9882/1999, seu art. 1º prevê que a ADPF poderá ser proposta “perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público.

Parágrafo único. Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental:

I - quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição [...]”.

Por sua vez, a ADI será proposta quando se objetivar retirar do ordenamento jurídico algum dispositivo legislativo ou ato normativo que esteja em conflito com alguma norma constitucional, como se depreende do art. 3º da Lei nº 9868/1999.

orientação sexual e à identidade de gênero.⁴ Recorreremos a estes meios para subsidiar a análise que pretendemos realizar.

Desde os anos 1980, Axel Honneth vem se esforçando por empreender uma renovação da Teoria Social Crítica, tanto por meio de uma leitura crítica dos filósofos sociais (em especial, aqueles vinculados à Escola de Frankfurt), como pela construção de conceitos que levem em si a possibilidade de analisar criticamente a sociedade contemporânea e sua história. Neste texto, introduzimos uma leitura do percurso de Honneth, com destaque aos conceitos relacionados em sua Teoria do Reconhecimento, localizada em meio a uma crise filosófica que possui dois aspectos principais: num sentido, (i) trata-se de uma crise metodológica, surgida desde que Nietzsche denunciou o quão histórico-contingencial vinha sendo a crítica social, pois encerrava em si particularismos históricos e culturais colocados como valores universais; por outro lado, (ii) a filosofia social parece ter perdido seu foco analítico desde que a classe trabalhadora deixou de ser interpretada nos estudos filosóficos como aquela que congregaria os atores que transformariam a sociedade num sentido emancipatório em relação ao capitalismo liberal. Como possível solução para essa crise, Honneth propõe um método de análise baseado numa antropologia formal, que possua elementos éticos não tão abstratos a ponto de perderem seu referencial empírico, nem tão concretos a ponto de impossibilitar sua generalização. Assim, no primeiro capítulo deste trabalho, apresentamos como Honneth retira o foco de análise das demandas de grupos que tenham se visibilizado na arena público-política (como os movimentos sociais contemporâneos) e desloca-o para as experiências de desrespeito sofridas por sujeitos independentemente de estarem organizados em grupos: a partir do vocabulário moral encerrado em experiências de desrespeito, o filósofo propõe efetuar diagnósticos filosófico-sociais de patologias que acometem a sociedade. Os potenciais morais inscritos nos sentimentos e reclamações de sujeitos que tenham se sentido desrespeitados apontariam para um horizonte de expectativas em que esses mesmos sujeitos obteriam reconhecimento social. Por meio de uma análise histórica do surgimento e consolidação da modernidade, Honneth identifica que três esferas de reconhecimento

⁴ Para efeitos deste texto, utiliza-se os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero dispostos nos *Princípios de Yogyakarta* (2007, p. 6. Trad. livre): “Compreende-se por orientação sexual a capacidade de cada pessoa de estabelecer relações íntimas e sexuais com, e de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero. Compreende-se por identidade de gênero a experiência interna e individual do gênero de cada pessoa profundamente sentida, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, se por livre escolha, modificação da aparência ou da função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.”

institucionalizaram-se desde aquele momento e permanecem contemporaneamente: amor, direito e estima social. São esses aspectos da personalidade nos quais as pessoas desejam ser reciprocamente reconhecidas numa interação intersubjetiva, que possibilitam ao sujeito constituir três respectivas formas de auto-relação prática, como a auto-confiança, o auto-respeito e a auto-estima. Às esferas de reconhecimento correspondem três formas de desrespeito, isto é, de negação de reconhecimento a grupos e indivíduos, que se apresentam em suas facetas da violação, da exclusão social ou privação de direitos e da degradação. Já neste primeiro capítulo, iniciamos a tarefa de apresentar um contexto histórico das não-heterossexualidades no Brasil segundo o vocabulário moral do reconhecimento e as reflexões até então realizadas sobre a teoria de Honneth. Importa ressaltar que o quadro histórico proposto ao longo desta dissertação baseia-se em fontes indiretas, em bibliografia especializada sobre o tema, especialmente nas obras de James Green, Júlio Simões e Regina Facchini, autores que produziram análises sobre o período histórico aqui em estudo, as quais são utilizadas para fundamentar os argumentos propostos. Pensamos ser necessária essa apresentação histórica para que as esferas de reconhecimento sejam contextualizadas à realidade brasileira na qual se insere a análise proposta neste texto. Ao fim do primeiro capítulo, sugerimos algumas das formas de desrespeito às homossexualidades que se institucionalizaram no Brasil e como elas se articularam segundo padrões heteronormativos⁵ que privilegiam a expressão da sexualidade e do gênero segundo o que se compreende por heterossexualidade em detrimento das formas de expressão que fogem a esse padrão. Assim, apresentamos um panorama de formas de desrespeito a que as homossexualidades estavam submetidas no Brasil até as primeiras décadas do século XX, concentrando nossa análise na formação do imaginário científico e popular de que a homossexualidade estaria indissociada da feminilidade e que ela seria uma espécie de comportamento desviante, consequência da degeneração moral e de patologias a que determinados segmentos da sociedade supostamente estariam sujeitos. Descrevemos também a topografia da discriminação sofrida pelos

⁵ Compreendemos como heteronormatividade o conceito definido por Judith Butler (2008, 2011), construído a partir de sua crítica ao feminismo para demonstrar como a heterossexualidade coloca-se como compulsória, tornando-se o padrão segundo o qual a sociedade orienta o reconhecimento a ser atribuído aos sujeitos e grupos. Butler entende que sexo, gênero e sexualidade são uma só coisa, uma só norma. Não há sexo, nem gênero, nem sexualidade biológicos, uma vez que não se tem acesso a uma natureza "natural", mas apenas a uma natureza naturalizada, compreendida segundo uma determinada matriz linguística. Em nosso presente histórico, a linguagem hegemônica estabelece uma relação de oposição binária entre dois sexos naturais (pênis/vagina) e dois gêneros (masculino/feminino), sustentada pelo desejo heterossexual: o pênis corresponde ao gênero masculino que, por sua vez, sente desejo pela vagina, formadora do feminino. Em resumo, essa correspondência arbitrariamente fixada entre sexo, gênero e desejo é o que Butler nomeia heteronormatividade, a norma que produz sujeitos heterossexuais.

homossexuais – relegados à marginalidade – e as diferentes formas de criminalização do comportamento homoerótico. Essas análises servem de base para o capítulo seguinte, que traça uma trajetória das reações a essas formas de desrespeito.

No segundo capítulo, daremos seguimento às reflexões sobre a teoria de Honneth e à contextualização histórica iniciada anteriormente. Demonstraremos que o desrespeito pode ser o fator gerador de conflitos sociais que se expressam em lutas por reconhecimento, responsáveis pela transformação histórico-moral da sociedade, seja num sentido progressivo ou regressivo. Assim, segundo o próprio Honneth, sua Teoria do Reconhecimento pode ser também interpretada como uma teoria da justiça, uma vez que o vocabulário moral do reconhecimento traz princípios normativos inscritos em cada uma das esferas de reconhecimento – os quais constituem elementos antropológico-formais – que orientam a ação prática em direção a mudanças de um estado patológico das relações sociais a um estado de ampliação das possibilidades e condições de reconhecimento. Nesse sentido, demonstraremos como as lutas por reconhecimento promovidas por não-heterossexuais iniciaram-se décadas antes do surgimento, em fins dos anos 70, do movimento social que dizia representá-los. O carnaval foi um dos principais locais em que a luta por reconhecimento de homossexuais e pessoas trans intensificou-se, sendo que as táticas de combate ali utilizadas passaram a ser aplicadas não apenas nos quatro dias de celebrações carnavalescas, mas ao longo de todo o ano, expandindo a diversidade de espaços ocupados por homossexuais, ao mesmo tempo em que novas identidades e expressões das homossexualidades se visibilizavam. Argumentaremos que a conquista de espaço na imprensa teve papel crucial para o surgimento de um movimento homossexual organizado no fim da década de 1970, momento a partir do qual a luta por reconhecimento de homossexuais apresentaria crescimento exponencial no Brasil, que seria acompanhado de sua institucionalização segundo padrão de movimento social identitário. Igualmente, demonstraremos como esse movimento – iniciado com o nome de “homossexual” e atualmente denominado “LGBT” –, desde seu início, foi marcado por conflitos que se expressavam em lutas por reconhecimento, nas quais sujeitos disputavam por assegurar expressão de suas demandas na arena público-política. Assim, essa é uma história marcada por exclusões e silenciamentos que permanecem e que, acreditamos, condicionaram o julgamento sobre a união homoafetiva.

No terceiro e último capítulo, com as reflexões construídas nos capítulos anteriores,

propomos analisar os textos dos votos dos Ministros contidos no acórdão⁶ de julgamento da ADPF 132 e da ADI 4277. Utilizando o método da análise de conteúdo, como concebido por Laurence Bardin, categorizamos o acórdão e o analisamos de forma a identificar de que maneira os Ministros se posicionam em relação a determinados temas como a metodologia a ser adotada pelo STF para a interpretação do texto constitucional e quais as razões de se atuar da maneira escolhida, ou se os Ministros atuam de maneira a normatizar identidades e comportamentos, se eles identificam indícios da heteronormatividade no cotidiano da sociedade brasileira, se eles reconhecem o direito de LGBT participarem em discussões públicas (inclusive, no julgamento em questão), se reconhecem a capacidade de homossexuais estabelecerem relações de afeto entre si, bem como se eles devem ser tratados de maneira igual e não-discriminatória em relação a heterossexuais e, por fim, se reconhecem a homossexuais o direito de se auto-realizarem escolhendo autonomamente seus projetos de vida, inclusive o exercício de sua sexualidade. A partir da análise dessas temáticas, identificaremos como se configuram os posicionamentos dos Ministros em relação às demandas historicamente levantadas por LGBT, bem como se a abordagem que realizam é aberta o suficiente para a expansão e inclusão de novas formas de relacionamento afetivo para além daquilo que foi nomeado como *união homoafetiva*.

⁶ O acórdão configura-se na decisão proferida de forma colegiada, isto é, de forma conjunta por juízes (ou, no caso sob análise, Ministros) em um determinado tribunal. Conforme arts. 165, 458 e 563 do Código de Processo Civil, assim como as sentenças, ele possui um relatório, no qual se identifica as partes envolvidas, expõe-se o pedido daquele que interpôs a ação e, quando houver, os argumentos da outra parte, descreve-se os fatos e os andamentos processuais relevantes. Ainda, o acórdão possui uma parte em que os juízes que compõem o colegiado proferem seus votos, no qual tomam um posicionamento fundamentado juridicamente em relação à controvérsia analisada, bem como possui uma parte dispositiva, na qual está a decisão final. Por fim, o acórdão é composto também por uma ementa, onde se expõe um breve resumo da decisão e dos princípios e normas que a fundamentam.

CONCLUSÃO

Iniciamos este texto apresentando como principal objetivo a proposição de uma análise crítica do reconhecimento da união homoafetiva em julgamento realizado pelo STF da ADPF 132 e da ADI 4277. Tentamos responder basicamente três perguntas:

- (i) de que maneira se deu o reconhecimento jurídico da união homoafetiva pelo STF?
- (ii) quais sujeitos e formas de vivência da sexualidade e do afeto foram reconhecidos?
- (iii) quais os sujeitos e formas de vivência da sexualidade e do afeto foram excluídos?

A resposta à primeira pergunta exigiu uma descrição crítica do julgamento, o que se mostraria como um pressuposto para que pudéssemos responder as perguntas seguintes. A segunda pergunta traz em si a hipótese de que o reconhecimento que se operou no julgamento da união homoafetiva teria dado contornos a determinadas formas de sujeitos e condutas afetivo-sexuais que deveriam se enquadrar nesse conceito para adquirir esse reconhecimento. De forma semelhante e em decorrência da pergunta anterior, nosso terceiro questionamento já revela que tínhamos a hipótese de que o reconhecimento da união homoafetiva, como se deu no STF, gerou exclusões daqueles que não se enquadravam na forma delimitada pelos Ministros. Assim delineado o problema que desejávamos investigar, restava-nos escolher o marco teórico que nos auxiliasse responder essas perguntas.

Considerando a proposta de Axel Honneth de construção de uma Teoria do Reconhecimento a partir de uma metodologia antropológico-formal, que seria uma possível alternativa à crise metodológica em que a filosofia social se encontra – pois teria a capacidade de revelar potenciais normativos inscritos na realidade analisada –, decidimos nos aprofundar em seus conceitos e reflexões sobre o reconhecimento, que se encontram dispersos em vários livros e artigos. Cientes de que estamos trabalhando com uma teoria ainda em construção (e, portanto, sujeita a modificações a serem realizadas por seu próprio autor), procuramos apresentar ao leitor aquilo que mais nos interessava: seus conceitos de reconhecimento (e as esferas do amor, do direito e da estima social), desrespeito, luta por reconhecimento e a possibilidade de se abordar essa teoria como uma Teoria da Justiça.

À medida que apresentávamos a Teoria do Reconhecimento, percebemos que não poderíamos passar diretamente à análise do julgamento, pois o próprio Honneth coloca como

necessária a atribuição de conteúdo material às esferas de reconhecimento e demais conceitos. Seria necessário, portanto, que enxergássemos a luta por reconhecimento em operação na realidade que desejávamos analisar. Por essa razão, propusemos a apresentação de um contexto histórico das homossexualidades que se desenvolveram em São Paulo e Rio de Janeiro desde o final do séc. XIX ao início do séc. XXI. O contexto apresentado baseou-se especialmente nas obras de três autores, todos considerados de grande relevância ao desenvolvimento do conhecimento sobre as homossexualidades no Brasil e com um método crítico e engajado de análise e produção desse conhecimento. São eles: James Green, Júlio Simões e Regina Facchini. Importante ressaltar que nossa intenção foi a de abordar um longo período (pouco mais de cem anos) em busca de eventos que exemplificassem (e não esgotassem) situações institucionalizadas de desrespeito às homossexualidades, bem como de lutas por reconhecimento promovidas por esse mesmo segmento populacional desrespeitado, decidimos por nos concentrarmos em poucas obras que cobrissem o período analisado.

O foco da apresentação do contexto histórico referido foi no vocabulário moral do reconhecimento, do qual partimos para a identificação de experiências de desrespeito vivenciadas por homossexuais e pessoas que transgridem papéis de gênero, com a intenção de identificarmos lutas por reconhecimento que descortinam um horizonte de possibilidades de mudanças da situação de desrespeito em que se encontram. Constatamos como o desrespeito a homossexuais e pessoas trans institucionalizou-se nas mais diversas formas de expressão, como no controle sobre o corpo de homossexuais, considerado enfermo, degenerado, que está em busca apenas de satisfação sexual e, por tudo isso, é considerado merecedor de ser alvo de agressões físicas e verbais, chegando ao extremo do extermínio desses corpos, como se lhes faltasse algum componente que os humanizasse. Percebemos como isso ocorre num contexto histórico heteronormativo, em que se coloca a heterossexualidade e a masculinidade como hierarquicamente superiores a outras expressões de desejo sexual e de gênero, tornando imorais, ilegítimas, desprezíveis essas outras manifestações, impedindo sua ocorrência em determinados espaços públicos. Contudo, em reação ao desrespeito, vimos também que a luta por reconhecimento travada por homossexuais e transgêneros brasileiros possui uma trajetória bastante representativa do progresso ético-moral da sociedade, descrito por Honneth ao elaborar sua Teoria do Reconhecimento.

Inicialmente invisibilizada nos encontros homoeróticos clandestinos ou na travestilidade “permitida” nos guetos das grandes cidades brasileiras, a luta impulsionada pelas pessoas de comportamento não-heteronormativo adquiriu contornos de um conflito

explícito nas celebrações carnavalescas do início do século XX, em que proliferaram *falsas baianas à la* Carmen Miranda e outras *bonecas, frescos e putos* no intento de ocupar e conquistar os espaços tradicionalmente pertencentes ao universo heterossexual e masculino. As máscaras utilizadas durante o ano caem nos quatro dias de carnaval: imbuídos do sentimento de injustiça proveniente da violência, exclusão e degradação sociais a que eram submetidos cotidianamente e aproveitando-se do momento propiciado pelo carnaval de suspensão das sanções morais e sociais e de exaltação da sensualidade, da sexualidade e do erotismo, homossexuais e transgêneros (como nos campos de batalha do entrudo) elaboraram e colocaram em prática verdadeiras táticas de combate para a apropriação das ruas e dos bailes carnavalescos, contra a heteronormatividade das formas de desrespeito que lhes afligia, promovendo algum progresso moral e ético da sociedade brasileira: desde que permanecessem restritas ao carnaval, expressões das homossexualidades passaram a ser toleradas; os bailes de travestis e concursos de fantasia de rapazes que se vestem de mulher perenizaram-se no carnaval carioca e se expandiram a outras partes do Brasil.

A mera tolerância à exposição da feminilidade e da homossexualidade durante o carnaval não era a única “expectativa normativa” que homossexuais possuíam ao questionar a moral reinante na sociedade brasileira. Eles ansiavam também por frequentar os mesmos locais que os heterossexuais frequentavam durante o ano, por ter acesso aos mesmos empregos e oportunidades aos quais eles tinham acesso e por modificar os imaginários de degeneração moral e patológica e de indissociabilidade entre homossexualidade, feminilidade e passividade que se difundiu e se consolidou no Brasil até as primeiras décadas do século XX. Consequentemente, nas décadas de 50 e 60, observou-se um aumento expressivo da quantidade de homossexuais e transgêneros circulando pelas ruas, praias e estabelecimentos comerciais do Rio de Janeiro e de São Paulo, não sem conflitos, por óbvio. Mas os *viados* e *bichas* resistiam e conquistavam mais e mais espaço. Nesse mesmo período, novas expressões das homossexualidades começaram a se visibilizar, questionando a rigidez dos papéis sexuais e de gênero. Nos anos 70, movimento culturais, a abordagem favorável da imprensa e de intelectuais à homossexualidade e a visibilização de homossexuais na classe média evidenciaram alternativas às díades bicha/bofe, boneca/homem “verdadeiro” e passivo/ativo. Ao mesmo tempo, exaltava-se o orgulho de ser gay, difundia-se uma imagem saudável do homossexual e estimulava-se a “saída do armário”. Certamente, todas essas iniciativas não extirparam completamente o imaginário rígido e patológico sobre a homossexualidade já internalizado na cultura brasileira, mas o flexibilizaram e permitiram que uma quantidade

incontável de homossexuais pudessem se valorizar e construir consigo mesmos a auto-confiança, o auto-respeito e a auto-estima necessários para iniciarem uma luta organizada por seu reconhecimento.

Tanto Green, como Simões e Facchini concordam que um dos marcos para o início da organização do movimento homossexual brasileiro foi a conquista de espaço na imprensa, especialmente com a criação do *Lampião da Esquina*, em 1978. A imprensa foi o principal veículo difusor das idéias, valores e identidades não-heteronormativas do período, e do conturbado contexto político da segunda metade da década de 70, caracterizado particularmente pela efervescência de movimentos sociais contra o regime ditatorial militar que se instaurara na década anterior. Tais fatores foram decisivos para que houvesse um processo de compreensão coletiva dos homossexuais brasileiros (principalmente, os residentes em São Paulo e no Rio de Janeiro) de que as experiências de desrespeito às quais eram submetidos não os atingia isoladamente, mas os afetava enquanto um grupo que compartilha características tidas como identitárias. Assim como feministas, movimentos gays de outros países e militantes negros e de esquerda, os homossexuais brasileiros começaram a se mobilizar e a se organizar num movimento social de luta por reconhecimento, que se institucionalizou nos moldes de uma política identitária e alcançou diversas conquistas, dentre as quais destacamos o reconhecimento jurídico da união homoafetiva, equiparada à união estável estabelecida entre heterossexuais. Seguindo a ressalva feita por Honneth de que os movimentos sociais de caráter identitário não devem ser o único foco de análise, propusemos uma compreensão crítica dessa conquista, ao compará-la às expectativas normativas contidas nas experiências de desrespeito historicamente sofridas por homossexuais, que apontam para mudanças que, em alguns momentos, o processo de reconhecimento da união homoafetiva contraria.

Com apoio no método da análise categorial e qualitativa de conteúdo, conforme definido por Laurance Bardin, definimos que, entre os diversos documentos referentes ao julgamento da união homoafetiva, analisáramos apenas o acórdão, que contém os votos dos Ministros do STF. Assim, após leitura do documento e, com base nas experiências de desrespeito e demandas por reconhecimento identificadas no contexto histórico apresentado, elaboramos sete categorias e analisamos todo o acórdão. Fizemos uma descrição crítica dos votos e constatamos que muitos dos argumentos utilizados trazem uma idéia de expansão da esfera de reconhecimento do direito e do vocabulário de igualdade e liberdade nela contido de modo a assegurar um mínimo de realização das demais esferas, embora alguns dos Ministros

(especialmente Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Cezar Peluso) tenham adotado argumentos de que uma suposta diferença entre heterossexuais e homossexuais justificaria um tratamento arbitrariamente desigual e, portanto, discriminatório. Discutimos como as identidades e comportamentos normatizados nos textos do julgamento simultaneamente revelam ausências não contempladas pelo STF. Ao tempo em que se reconhece valor a comportamentos que se definem como “homoafetivos” e “heteroafetivos”, formas de vivência – como aquelas consideradas “promíscuas”, por exemplo – que não se enquadrem nesses modelos permanecem ignoradas. Da mesma maneira que a atuação do movimento homossexual institucionalizada na forma de política identitária já gerou diversas exclusões daqueles que não se enquadravam nas identidades que representam – fato que o forçou a se tornar um movimento mais amplo de abrangência a LGBT, e não apenas homossexuais –, ao adotar uma interpretação do texto constitucional que se fecha em identidades, o STF também acaba por gerar exclusões, pois estabelece limites ao reconhecível. Tais limites ficam também evidenciados quando concluímos que as demandas reconhecidas no julgamento sob análise são aquelas que já adquiriram legitimidade institucional na sociedade civil. O STF não vai além do que já é reconhecido pelos atores sociais. Sugerimos, por fim, que se reconheça a – por vezes, excessiva – abstração da linguagem do direito como limitada e incapaz de considerar plenamente as especificidades e concretudes das esferas do amor e da estima social. Concluímos com a Ministra Cármen Lúcia que o direito se mantenha sempre aberto à dinamicidade e espontaneidade da vida, que o direito seja um instrumento para a realização dos projetos de vida de cada um, e não o contrário.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eloísa Machado. O *amicus curiae* na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. In: **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**. Ano 6, v. 24, p. 1073-1098, out./dez. 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Ed. Edições 70, 1977.

BARROSO, Luís Roberto. Constituição, Democracia e Supremacia Judicial: Direito e Política no Brasil contemporâneo. In: **Revista Jurídica da Presidência**. v. 12, n. 96. Brasília (DF): fev./mai. 2010, p. 01-41.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. New York/London: Routledge, 2011.

_____. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York/London: Routledge, 2008.

_____. **Precarious life: the powers of mourning and violence**. New York/London: Verso, 2006.

_____. O parentesco é sempre tido como heterossexual? In: **Cadernos Pagu**. N. 21. Tradução Valter Arcanjo da Ponte. Campinas: Ed. Unicamp, p. 219-260, 2003.

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

_____. **Código Criminal do Império do Brazil**. Lei de 16 de dezembro de 1830.

_____. **Código Penal dos Estados Unidos do Brazil**. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.

_____. **Código Penal Militar**. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 773.136/RJ, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi. Brasília, DF, 10 de outubro de 2006a.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 648.763/RS, 4ª Turma, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha. Brasília, DF, 07 de dezembro de 2006b.

_____. Supremo Tribunal Federal. Acórdão da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132. Brasília, DF, 04 e 05 de maio de 2011. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1538698#114%20-%20AC%D3RD%C3O>. Acesso em: 30 out. 2013.

_____. Procuradoria-Geral da República. Petição Inicial da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277. Brasília, DF, 02 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400547&tipo=TP&descricao=ADI%2F4277>. Acesso em: 30 out. 2013.

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. Análise de conteúdo e análise de discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. In: **Alea: Estudos Neolatinos** [online]. 2005, vol. 7, n. 2, p. 305-322. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-106X2005000200010&script=sci_arttext. Acesso em: 30 out. 2013.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas?:** movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FRASER, Nancy. Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition and participation. In: _____; HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition?:** a political-philosophical exchange. Translated by Joel Golb, James Ingram & Christiane Wilke. London; New York : Verso, p. 7-109, 2003.

_____. Distorted beyond all recognition: a rejoinder to Axel Honneth. In: _____; HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition?:** a political-philosophical exchange. Translated by Joel Golb, James Ingram & Christiane Wilke. London; New York : Verso, p. 198-236, 2003.

FRY, Peter. Prefácio. In: GREEN, James N. **Além do carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Tradução Cristina Fino e Cássio A. Leite. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

GREEN, James N. **Além do Carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Tradução Cristina Fino e Cássio A. Leite. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

HONNETH, Axel. **Disrespect:** the normative foundations of Critical Theory. Cambridge; Malden: Polity Press, 2008a.

_____. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003a.

_____; MARGALIT, Avishai. Recognition. In: **Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volumes.** v. 75. Oxford: Blackwell Publishing, p. 111-139, 2001.

_____. Redistribution as recognition: a response to Nancy Fraser. In: FRASER, Nancy; _____. **Redistribution or recognition?:** a political-philosophical exchange. Translated by Joel Golb, James Ingram & Christiane Wilke. London; New York : Verso, p. 110-197, 2003b.

_____. **Reification:** a new look at an old idea. With commentaries by Judith Butler, Raymond Geuss, Jonathan Lear; edited and introduced by Martin Jay. New York: Oxford University Press, 2008b.

_____. **Sofrimento de Indeterminação:** uma reatualização da filosofia do direito de Hegel. Tradução Rúrion S. Melo. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007.

_____. The point of recognition: a rejoinder to the rejoinder. In: FRASER, Nancy; _____. **Redistribution or recognition?:** a political-philosophical exchange. Translated by Joel Golb, James Ingram & Christiane Wilke. London; New York : Verso, p. 237-267, 2003c.

LOURO, Guacira L. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, Isabel Penido de C.; NUNES, Raquel Portugal; SANDER, Sílvia Corradi; SOARES, Bruno Martins. O reconhecimento das uniões homoafetivas pelo direito brasileiro: contribuições do Direito Internacional dos Direitos Humanos. In: **Revista CEJIL. Debates**

sobre derechos humanos y el Sistema Interamericano. Ano III, Número 4. CEJIL, São José da Costa Rica, p. 65-79, dez. 2008. Disponível em: http://cejil.org/sites/default/files/04.07.MartinsSoares_CamposMachado_yOtros.pdf. Acesso em: 30 out. 2013.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade:** identidade sexual e política no Brasil da "abertura". Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. In: **Cadernos Pagu.** N. 28. Campinas: Ed. Unicamp, p. 101-128, jan./jun. 2007.

NOBRE, Marcos. Apresentação. Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica. In: HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, p. 07-19, 2003.

OLIVEIRA, Marcelo A. C. de. Democracia sem espera e processo de constitucionalização: Uma crítica aos discursos oficiais sobre a chamada “transição política brasileira”. In: _____; MACHADO, Felipe Daniel A. (coords.). **Constituição e Processo:** a resposta do constitucionalismo à banalização do terror. Belo Horizonte: Del Rey, p. 367-399, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: Lander (Comp.) **La Colonialidad del Saber:** Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, p. 201-246, fev. 1993.

RIO DE JANEIRO (Estado). Petição Inicial da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132. Rio de Janeiro, RJ, 27 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=433816&tipo=TP&descricao=ADPF%2F132>. Acesso em: 30 out. 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Embargos Infringentes nº 70003967676, 4º Grupo de Câmaras Cíveis. Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 09 de maio de 2003a. Disponível em: <http://www.mariaberenice.com.br/pt/jurisprudencia-relacoes-homoafetivas.dept>. Acesso em: 30 out. 2013.

_____. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Embargos Infringentes nº 70006984348, 4º Grupo de Câmaras Cíveis. Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 14 de novembro de 2003b. Disponível em: <http://www.mariaberenice.com.br/pt/jurisprudencia-relacoes-homoafetivas.dept>. Acesso em: 30 out. 2013.

ROXIN, Claus. **A proteção de bens jurídicos como função do direito penal.** Tradução e

organização de André Luís Callegari, Nereu José Giacomolli. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

RUBIN, Gayle. **The traffic in women. Notes on the "political economy" of sex.** In: REITER, Rayna (ed.) *Toward an Anthropology of Women*. New York, Monthly Review Press, p. 157-210, 1975.

SILVA, Aguinaldo. As palavras: para que temê-las? **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº 3, 25 jul. a 25 ago. 1978. Esquina, p. 5. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/cedoc/lampiao/07%20-%20LAMPIAO%20DA%20ESQUINA%20EDICAO%2003%20-%20JULHO%20AGOSTO%201978.PDF>. Acesso em: 30 out. 2013.

SILVA, Jeferson Mariano. **Crítica da Judicialização da política.** 2011. 99f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Ed. Vozes, p. 73-102, 2000.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.

THE YOGYAKARTA Principles: Principles on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity. Elaborado por especialistas em Direito Internacional dos Direitos Humanos e em orientação sexual e identidade de gênero, reunidos em Yogyakarta, Indonésia, de 6 a 9 de novembro de 2006. Publicado em março de 2007. Disponível em: http://www.yogyakartaprinciples.org/principles_en.pdf. Acesso em: 30 out. 2013.

TREVISAN, João S. Por uma política menor: bichas e lésbicas inauguram a utopia. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, Ano 3, nº 25, jun. 1980. Esquina, p. 9-10. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/cedoc/lampiao/29%20-%20LAMPIAO%20DA%20ESQUINA%20EDICAO%2025%20-%20JUNHO%201980.PDF>. Acesso em: 30 out. 2013.

WERNECK VIANNA, Luiz J.; BURGOS, Marcelo T. Baumann. Entre princípios e regras: cinco estudos de caso de ação civil pública. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais.** v. 48, n. 4. Rio de Janeiro: IUPERJ, p. 777-843, 2005.